

# Novos equipamentos de lazer na orla

ADILSON FONSÊCA  
REPÓRTER

Ainda dará tempo para se curtir no verão, a nova orla no trecho de entorno do Farol de Itapuã, isso porque, com obras já iniciadas, a previsão é de que quatro meses, portanto, no final de fevereiro, o local já possa ser desfrutado por baianos e turistas. Serão uma quadra poliesportiva, ciclovias e quatro quiosques com um novo padrão de comercialização, que substituem as antigas barracas de praias que foram retiradas de toda a orla de Salvador, por decisão da Justiça Federal, em 2010.

Há sete anos sem barracas de praias, retiradas por decisão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a orla marítima de Salvador começou a ser requalificada em 2013, com o trecho entre o Porto e o Farol da Barra e posteriormente o Rio Vermelho. E no Subúrbio Ferroviário, com as modificações feitas nas praias de São Thomé de Paripe e posteriormente na Praia de Tubarão. Agora as ações se voltam para Itapuã e o trecho entre Amaralina e Rio Vermelho, cuja licitação vai ser aberta no próximo dia 20.

Das 532 barracas que existiam nos 50 quilômetros de praias de Salvador, antes de 2010, restaram poucas, as mais antigas na praia de Itapuã, que também serão substituídas por quiosques, atendendo Termo de Ajuste de Conduta (TAC) feito entre a Prefeitura e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para regulamentar as construções nas praias. Pela proposta da Prefeitura, são 100 quiosques projetados entre o Porto da Barra até a Praia do Flamengo.

Conforme destacou o secretário municipal de Turismo, Cláudio Tinoco, a proposta é aproveitar ao máximo as características de cada uma das praias da cidade, que tem características e dimensões diferentes entre si, dentro das limi-



Fotos: Romildo de Jesus

## QUIOSQUES

Dos 100 projetados em tamanhos variados, 34 estão operando em diversos pontos

tações, que possibilitem intervenções urbanísticas impostas pela legislação federal. Desde quando foi proibida a permanência de barracas de praias na orla de Salvador, por determinação da Justiça Federal, em 2010, a Prefeitura lida com o problema de como tornar a orla atraente e confortável para baianos e turistas.

## ÚNICA NO BRASIL

A retirada das barracas e todos os equipamentos de construção fixa ao longo da orla de Salvador, incluindo a região da Cidade Baixa (Itapagipe) e Subúrbio Ferroviário, foi uma decisão da Justiça Federal imposta em 2010, sob a alegação de havia ocupação irregular e contra as normas de proteção ambiental na faixa costeira que é de domínio da União. Salvador foi a única capital penalizada com a ação.

Essa situação, conforme esclarece o secretário Cláudio Tinoco, levou a Prefeitura de Salvador a buscar de projetos que não confrontassem com a decisão da Justi-

ça Federal, e ao mesmo tempo aproveitasse os espaços públicos pertencentes ao município para implantar equipamentos de lazer e comércio dentro das normas estabelecidas. Daí que surgiram os quiosques, destinados a atividades como pequenos restaurantes, bares e comidas e bebidas rápidas, como água de coco e atividades das baianas de acarajé.

Dos 100 quiosques projetados em tamanhos variados, 34 estão operando, e outros 31 estão em fase final de construção, aguardando a implantação de infraestrutura de serviços de água, esgotamento sanitário e energia elétrica. A depender do tipo de atividade cada quiosque tem de 30 a 100 metros quadrados de espaços para comercialização e a sua exploração foi decidida em licitação pública, ganha por duas empresas.

Alguns desses equipamentos já são desfrutados pela população e turistas, como em Itapuã, Placafor e Piatã. Cláudio Tinoco explica ainda que cada praia da

cidade tem suas características, que nem sempre permitem a implantação de equipamentos, por falta de espaços para alargamento dos calçadões, ou por outras restrições impostas pela legislação federal. Além do mais, como deixou claro, eles vão sendo implantados à medida em que as obras de requalificação da orla vão sendo realizadas.

O secretário de Turismo esclarece ainda que, diferente das antigas barracas de praia, os novos quiosques têm que seguir um padrão determinado pelo Termo de Ajuste de Conduta feito com a União. Na exploração dos equipamentos, já implantados nas áreas requalificadas das praias de Itapuã, Ondina, Piatã e Placafor, o TAC permitiu não só a implantação dos novos equipamentos, mas a readequação de alguns que já existiam. "O nosso desafio é resgatar a cultura de praia que se perdeu com o fim das barracas, dentro de uma estrutura que não fira a legislação", disse.

## Intervenções mudam antigos

Em 2014, quando a Prefeitura entregou as obras de urbanização da Praia de São Thomé de Paripe, houve muitas reclamações de barraqueiros que temiam o esvaziamento do local, com a fuga de banhistas para outros locais. Hoje, contudo, a praia é uma das mais concorridas no final de semana e os antigos barraqueiros se adaptaram com os novos equipamentos, que são móveis, como os kits fornecidos pela Prefeitura que constam de cadeira, mesas plásticas e sombrinhas, e que foram adaptados com a inclusão de pequenas caixas de isopor (cooler).

A urbanização da praia, contudo, incluiu não só novos equipamentos, urbanos e de acessibilidade, como rampas, calçada tátil e ciclovia, mas impediu que a faixa de areia fosse loteada entre os barraqueiros e preservou a faixa de calçada para os pedestres. Segundo informou a Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura (Seinfra). O processo, que foi iniciado em 2013, já prevê mais intervenções em novos trechos da orla a partir do próximo ano.

## NOVAS ETAPAS

Conforme informou a Seinfra, no próximo dia 20 a Prefeitura vai abrir licitação pública para a requalificação do trecho entre as praias de Ondina (Praça Orugan) até o Rio Vermelho, na Curva da Paciência. Já no início do próximo ano será a vez do trecho Barra/Ondina, cujas obras estão previstas para serem iniciadas em fevereiro, com prazo de conclusão no início de 2019.

No próximo ano também deverá ser iniciada as obras de requalificação do trecho da Praia de Stella Maris até a divisa de Salvador com Lauro de Freitas, com previsão de 18 meses de obra. Esse trecho é visto pela Secretaria de Turismo da Prefeitura como a grande aposta da infraestrutura turística da orla de Salvador. "É uma área com infraestrutura hoteleira e com capacidade de

ampliação de serviços, como bares e restaurantes, cabendo espaços para a implantação de equipamentos esportivos e de lazer", diz o secretário Cláudio Tinoco.

No trecho de orla na região de Stella Maris, as intervenções serão feitas em cerca de cinco quilômetros de praias, com investimento estimado de R\$ 40 milhões. Devido ao tamanho e as características do local, o projeto foi dividido em três trechos: Stella Maris, Praia do Flamengo e Ipitanga. Dentre as melhorias previstas estão piso compartilhado, bolsões de estacionamento, iluminação especial e até mesmo espaço de apoio para praticantes do surf, dentre outras.

## ADEQUAÇÃO

O secretário de Turismo reforça o argumento de que não foi a Prefeitura que determinou a derrubada das barracas de praias em 2010, mas apenas teve que cumprir uma determinação da Justiça Federal. Por isso mesmo ele explica que as inovações, em trechos do Jardim dos Namorados, Porto da Barra e Piatã, na funcionalidade dos quiosques, instalações de mais chuveiros e equipamentos esportivos, sinalização e requalificação urbana, de serviços e ambiental, são opções que se tem para manter o atrativo dessas áreas.

Como é proibida qualquer construção na faixa de areia, restaram os espaços do calçadão, que têm limitações diferentes para cada trecho da orla. Daí que temos que usar a criatividade e aproveitar as limitações, adequando os equipamentos em cada área, disse. Segundo ele, a quantidade de quiosques por praias depende de análises técnicas do perfil de cada espaço que pode ser utilizado nas praias, e as dimensões de cada equipamento. "A depender das características de cada trecho da orla e da infraestrutura urbana, o número de quiosques será variado", disse.

## ATO

# Protesto contra reformas fecha agências bancárias em Salvador

MATHEUS FORTES  
REPÓRTER

Entre em vigor, neste sábado (11), as mudanças na legislação trabalhista que foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer. Mesmo que já passe a valer e reger as relações de trabalho a partir de agora, a reforma continua a enfrentar a resistência, principalmente das representações sindicais do país, que prometem continuar mobilizadas pressionando o Governo Federal por alterações no texto.

Dessa forma, ontem (10), foi marcado por vários atos pelo Brasil contra a reforma. Em Salvador, o Pólo Petroquímico de Camaçari – na Região Metropolitana – foi o ponto de partida para as manifestações, com um ato às 5h. Uma hora depois, um grupo de manifestantes se concentrou em frente à Estação da Lapa, causando retenções no trânsito que

alcançaram o Dique do Tororó e bloquearam o acesso à Avenida Centenário.

Logo após a liberação, por volta das 9h, os grupos seguiram à região central da cidade. Enquanto um ministro com representantes da Força Sindical se concentrava no Campo da Pólvora, outro grupo liderado pelo Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência da Bahia (Sindprev-BA), tomou a Avenida Sete de Setembro.

Devido às manifestações, instituições como a Previdência Social, os bancos, além de órgãos estaduais e federais, não abriram as portas para atendimento à população. Tais efeitos foram criticados para alguns cidadãos, como a autônoma Maria Auxiliadora Osório.

Ela acompanhava sua mãe que precisava ir à Previdência Social nas Mercês para resolver um problema de documentação, mas precisou se contentar com o in-

formativo de não atendimento. "Se era para ajudar de alguma forma, isso [a manifestação] acaba atrapalhando a vida da gente, que precisa programar tudo com antecedência. Não é fácil trazer uma pessoa idosa ao centro, e voltar sem resolver o que pretendia", reclamou.

De acordo com Edvaldo Santa Rita, coordenador do Sindprev-BA, desde agosto de 2015, quando foi anunciada a Reforma da Previdência, o governo jogou a população para dentro das unidades de INSS.

"Estamos com abarrotamento de 1,2 milhão de beneficiários no Brasil. Na Bahia não é diferente, temos agendamento para abril de 2018. Então não foi a manifestação, que está aqui para dar um alerta, que ocasionou os problemas. O caos foi o governo que criou", avaliou o coordenador.

Logo após deixar as intermediações da Lapa, ma-

## Cidades do interior também aderiram à causa

Questionado sobre os bloqueios e reflexos negativos no trânsito contribuírem para uma imagem negativa dos atos liderados pelas centrais, Cedro preferiu ressaltar a motivação dos protestos que vai contra medidas de um governo que já é considerado um dos mais impopulares do país.

"Nenhum governo se sustenta contra a opinião pública. Hoje, esse governo tem apenas 3% de aprovação, ou seja, é uma rejeição de 97%. Portanto, a pauta que tem que ser colocada no País não é essa. Essa é uma

pauta negativa, que não foi discutida com ninguém, e é uma pauta dos ricos brasileiros aliados ao capital internacional que privatiza o Brasil. Acredito que o povo brasileiro já começou a se levantar contra esse governo e a vitória será nossa", avaliou o presidente da CUT-BA.

Reunindo cinco mil pessoas – segundo estimativa da CUT – na capital, e aderida por mais 50 cidades no interior do estado, o dia de mobilização dessa sexta-feira foi apenas a primeira etapa de um

longo cronograma de atos e mobilizações pedindo a alterações na reforma trabalhista. Para as centrais, o trabalhador apoiará mais os protestos, a partir do momento em que perceber os efeitos da nova legislação nas relações de trabalho.

"Essé é o momento se conscientizar e vir para a rua. Acontecerão outros movimentos, com certeza, mas a gente tem que mobilizar. E a gente pede que os trabalhadores venham para a rua, acompanhem as centrais, procurem seus sindicatos para se orientar sobre



## AGÊNCIA

Por conta dos protestos, bancos localizados no centro permaneceram fechados

nifestantes seguiram para o Campo Grande, para o segundo ato do dia, às 11h, numa caminhada em direção à sede do Tribunal Regional do Trabalho e da Previdência Social. A escolha, conforme explica o presidente da Central Única dos Trabalhadores da Bahia (CUT-BA), Cedro Silva, é simbólica, pois as duas instituições "estão na pauta do Governo Federal para serem destruídas".

essa lei e saber o que ela significa", avaliou José Ramos, presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST).

No próximo ano, as centrais estarão chamando o Congresso do Povo, iniciativa da segunda Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, voltada para discutir com os problemas do País com a sociedade. "Iremos discutir um Brasil soberano, com inclusão social, distribuição de renda, gerando mais e melhores empregos para a nossa classe trabalhadora", destacou Cedro Silva.

## Mais de 100 artigos mudam

A reforma trabalhista que entra em vigor este sábado mudou mais de cem artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ela cria ao menos duas novas modalidades de contratação, que seria a de trabalho intermitente, por jornada ou hora de serviço, e o chamado teletrabalho, que regulamenta o home office.

Em relação aos acordos de convenção coletiva, esses passam a prevalecer sobre a CLT quando trata-se de tempo de jornada, intervalo para almoço, plano de cargos e salários, e função.

Outro ponto modificado é a jornada parcial que agora passa a ser de 30 horas semanais. Em relação às horas extras, o que pode mudar é o banco de horas ser negociado individualmente entre patrão e funcionário, fora do acordo coletivo.

As férias também poderão ser parceladas em até três períodos de descanso, dos quais nenhum poderá ser menor do que cinco dias corridos, e um deles deverá ser maior do que 14 dias.

A demissão também ganha uma terceira modalidade, que é aquela que é feita em comum acordo entre empregado e empregador, quando ambas as partes tem interesse no desligamento da empresa. Nessa nova opção, a demissão se dá com o pagamento de 50% da multa, aviso prévio, e 80% do FGTS.

O imposto sindical, antes obrigatório, agora também será facultativo, com o empregador decidindo se irá pagar ou não o tributo.

## O QUE NÃO ALTERA

Além das mudanças, o texto define pontos que não podem ser mudados ou retirados por convenção coletiva. Entre eles estão as normas de saúde, segurança e higiene de trabalho, assim como não alteram em nada no pagamento de benefícios previdenciários, que são o FGTS, 13º salário, seguro-desemprego e salário-família.

Também estão fora da reforma, o pagamento de adicional por hora extra, licença-maternidade de 120 dias e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.